

**RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO COM SUJEITOS  
APENADOS: A INTERDISCIPLINARIDADE A SUSTENTAR A PROPOSTA  
DE UMA INCLUSÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO**

*REPORTS OF AN UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM EXPERIENCE WITH  
CONVICT SUBJECTS: THE INTERDISCIPLINARITY TO SUSTAIN THE PROPOSAL  
OF SOCIAL INCLUSION THROUGH EDUCATION*

Elaine Pimentel<sup>1</sup>

Marinaide Freitas<sup>2</sup>

Ruth Vasconcelos<sup>3</sup>

**Resumo**

*O texto apresenta a experiência de extensão universitária na Universidade Federal de Alagoas, com apenados dos regimes semiaberto e aberto, envolvendo professoras e estudantes de graduação das áreas de Direito, Ciências Sociais e Pedagogia. O projeto consistiu em ações educativas planejadas e executadas com as ferramentas pedagógicas da educação de jovens e adultos, com o objetivo de proporcionar caminhos para a integração social de pessoas que passaram pela prisão, por meio da educação. No texto são apresentadas as três perspectivas das áreas abordadas, com informações acerca dos caminhos trilhados para a execução do projeto, bem como a capacitação da equipe e os resultados alcançados.*

**Palavras-chave:** *Extensão; Prisão; Inclusão social; Educação; Alagoas*

**Abstract**

*The text presents the experience of an university extension program at the Federal University of Alagoas, with convicts serving time in the open and semi-open detention regimes, involving professors and undergraduate students in the areas of Law, Social*

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Professora dos Cursos de Graduação e Mestrado em Direito da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias, vice-líder do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas e vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação em Prisões, no CNPq.

<sup>2</sup> Professora Associada do Centro de Educação (Cedu). Docente da Graduação de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado (PPGE/Ufal). Pós-Doutorado em Educação na Universidade do Porto – Portugal.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas no CNPq. Pós-Doutoranda no campo de estudos da Psicanálise.

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

*Sciences and Pedagogy. The project consisted of educational actions planned and implemented with the pedagogical tools of youth and adult education, with the aim of providing paths, through education, for the social integration of people who have been imprisoned. The text presents the three perspectives of the areas covered, with information about the paths taken to execute the project, as well as about team training and the results achieved.*

**Keywords:** *University Extension Program; Prison; Social inclusion; Education; Alagoas*

## **1 Introdução**

Os tempos atuais exigem muita criatividade para manter viva a perspectiva de que a educação e o conhecimento são caminhos imprescindíveis para ampliar as possibilidades existenciais, seja de quem ensina, seja de quem aprende. Na verdade, a lição do educador Paulo Freire continua absolutamente em voga: o educador precisa ser educado; para tanto, ao ensinar, precisa manter-se aberto aos novos aprendizados advindos da relação com os aprendizes<sup>4</sup>. Esse processo de crescimento mútuo foi um dos pilares que deu sustentação a uma experiência de extensão exitosa na Universidade Federal de Alagoas, que envolveu estudantes e professoras de diferentes áreas do conhecimento: Direito, Educação e Ciências Sociais.

A abertura para o novo, instigada pelo diálogo transdisciplinar, foi ingrediente que garantiu aprendizados e engrandecimentos existenciais para todos os envolvidos no processo: os apenados em regime semiaberto e aberto, as professoras e os estudantes. Pode-se dizer que foi um encontro que possibilitou a construção de um espaço dialógico entre o Direito, a Educação e as Ciências Sociais, a partir da exploração de conteúdos temáticos que unem e transversalizam esses campos do saber que jamais deveriam caminhar separados.

As narrativas aqui realizadas amparam-se em Alves e Garcia, ao asseverarem que narrar envolve “uma forte experiência humana, ampla tanto no tempo quanto no espaço, pois era assim que os antigos contavam a sua História, e esta forma narrativa pode ser encontrada em todos os lugares deste planeta”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>5</sup> ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. Prefácio – Continuando a conversa. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira. **Aprendizagens Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações**. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Fruto de forte experiência humana, a narrativa também encontra inspiração em Benjamin, quando diz que diferentemente da informação, que só tem valor enquanto é novidade, a narrativa “não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos”<sup>6</sup>. Inicia-se, então, a narrativa sobre o projeto de pesquisa e extensão<sup>7</sup> intitulado “Inclusão Social pela educação de jovens e adultos: alfabetização e noções de cidadania para homens e mulheres em regimes semiaberto e aberto”.

O projeto foi realizado na UFAL, *Campus* A. C. Simões, no período de 2012 a 2015, envolvendo a Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), o Centro de Educação (CEDU) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS). Além dessa interseção das Unidades Acadêmicas, o projeto efetivou uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP), o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (NEPEAL) e o Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (Nevial), todos esses, grupos de pesquisa do CNPq, e também contou com o apoio do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FAEJA) e do Fórum Estadual de Educação em Prisões de Alagoas (FEEPAL).

Tudo começou a partir de convênio firmado entre a UFAL e a então Superintendência Geral de Administração (SGAP), denominada a partir de 2014 de Secretaria de Estado de Reintegração e Inclusão Social (SERIS), que disponibilizara, desde 2004, apenados em regimes semiaberto e aberto para a realização de ações de jardinagem na Universidade, remunerando-os mensalmente pelo trabalho diário executado. Essa Secretaria, no âmbito do Estado de Alagoas, mantém convênios com outras instituições como o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), a Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas (CASAL), a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER) e outros.

---

**cotidianas com pesquisa** – novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP *et alii*, 2008, p. 274.

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da escrita. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras Escolhidas, v. 1), p.220.

<sup>7</sup> O projeto tem como idealizadora a Professora Dr.<sup>a</sup> Elaine Pimentel, da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), coordenadora-geral, juntamente com a Professora Dr.<sup>a</sup> Marinaide Freitas, do Centro de Educação (CEDU), e a Professora Dr.<sup>a</sup> Ruth Vasconcelos, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade Federal de Alagoas, todas do quadro efetivo de professores da Ufal.

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

Como professoras da UFAL, sabíamos da existência do convênio, convivíamos com os reeducandos no *Campus*, mas jamais havíamos pensado numa ação de extensão concreta, até que, no percurso de uma pesquisa<sup>8</sup> que tinha por objeto de estudo a vivência das mulheres na vida pós-cárcere, deu-se a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada os convênios e uma importante experiência de educação empreendida pela CASAL, que vinculava a contratação dos reeducandos a práticas educativas, inclusive com sala de aula construída exclusivamente para tal finalidade.

A pesquisa realizada, publicada em 2010 pela Edufal<sup>9</sup>, evidenciou um imenso horizonte de possibilidades de intervenções educativas, de caráter interdisciplinar, por meio de articulações entre unidades acadêmicas da UFAL. Afinal, se a experiência com educação era exitosa em uma companhia de abastecimento de água e saneamento básico, também poderia sê-lo numa Universidade Federal. Com essa certeza é que foram dados os primeiros passos para a realização do projeto de extensão de natureza interdisciplinar, que nasceu na Faculdade de Direito de Alagoas, mas só teve êxito em razão das parcerias estabelecidas com o Instituto de Ciências Sociais e o Centro de Educação.

## **2 A extensão universitária no campo do Direito e a necessária aproximação às Ciências Sociais e à Pedagogia**

As práticas punitivas, embora tenham o nascedouro no campo do Direito, em razão das estruturas normativas e de poder, são objeto de estudo de todos os campos de saberes. Sustentadas sobre pilares narrativos que buscam legitimar o castigo – e, nesse sentido, os processos educativos são considerados como inerentes aos conceitos de ressocialização, reintegração social e reeducação –, as penas privativas de liberdade, em particular, estão sempre postas em evidência.

Entretanto, é preciso pensar criticamente os conceitos de ressocialização e reintegração social como consequências supostamente inafastáveis dos processos

---

<sup>8</sup> Pesquisa da tese de doutorado de Elaine Pimentel – professora da Faculdade de Direito de Alagoas, UFAL –, realizada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre os anos de 2008 e 2011.

<sup>9</sup> PIMENTEL, Elaine. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: Edufal, 2015.

educativos no cárcere, a partir de uma percepção ampla do sistema punitivo, no contexto da complexa dialética entre estruturas e sujeitos, tal como propõe Pimentel (2015): “Há, de fato, uma dimensão subjetiva fundamental para qualquer reflexão sobre o que se passa com pessoas que cumprem pena de prisão, sobretudo quando se tem como foco a reintegração social” (PIMENTEL, 2015, p.185). Essa dimensão subjetiva é evidenciada pelos impactos que a experiência do cárcere exerce sobre os sujeitos, fazendo-os passar por modificações subjetivas e comportamentais – linguagem, atitude, adoecimento, mortificação, no sentido de Goffman (2003) – que não propriamente atendem às expectativas do discurso em torno dos processos de reintegração social baseados na ideia de reeducação. Embora seja inegável o potencial libertário da educação no que diz respeito às opressões humanas (FREIRE, 1996), é preciso reconhecer que, quando estamos diante da educação no contexto das práticas punitivas, seja nas prisões ou na vida pós-prisão, não há garantias de que haverá a efetiva reintegração dos apenados à sociedade. Em muitas situações, a educação pode tornar-se até elemento opressor e mortificante, sobretudo quando utilizada como instrumento de controle de corpos (FOUCAULT, 1997).

A percepção da complexidade dos processos educativos nos mecanismos de punição foi um dos pontos de partida para a construção do projeto de extensão, por reconhecer no sistema carcerário um campo fértil de produção científica teórica e empírica, e muitas possibilidades de intervenção por meio da extensão universitária. O Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP), da Faculdade de Direito da UFAL, é registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e foi criado com o objetivo de unir pesquisadores e pesquisadoras ao redor de temas relacionados ao sistema carcerário e proporcionar experiências de extensão universitária.

Embora a formação jurídica traga consigo aproximações com as Ciências Sociais, sobretudo em disciplinas propedêuticas, o dogmatismo tende a ser um elemento cultural forte, evidenciado, inclusive, numa linguagem técnica peculiar que, não raro, favorece um distanciamento de estudantes e profissionais do Direito dos destinatários da

própria justiça penal, pessoas marginalizadas pelo delito cometido<sup>10</sup> e estigmatizadas pela experiência do cárcere<sup>11</sup>.

Desenvolver projeto de extensão com pessoas que passaram pela prisão significa contatar, de maneira muito próxima, com os efeitos do aprisionamento, sua linguagem peculiar e as marcas indelévels, embora nem sempre visíveis, do cárcere. Significa lidar com a perda de perspectivas, a baixa autoestima, o desânimo e um horizonte nada acolhedor para o futuro. Ainda assim, o discurso da reintegração social pela educação se faz pilar de todo o projeto punitivo amparado na legislação e em políticas públicas, ainda que não se concretize na dura realidade do cárcere, com suas muitas formas de violação da dignidade humana.

O projeto “Inclusão social pela educação de jovens e adultos” teve como sujeito pessoas que passaram pela prisão, com histórias de vida escolar marcada pelo abandono da escola em razão da necessidade de trabalho prematuro ou mesmo pela falta de iniciativa de pais que jamais frequentaram a escola. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por um lado, tornou-se a base de toda a experiência de educação para a reintegração social, nos três anos de execução desse intenso projeto de extensão universitária; a troca de saberes sobre cidadania e direitos para a vida cotidiana, por outro lado, consistia no objetivo.

As limitações dos saberes do Direito para a execução do projeto eram evidentes desde o princípio. Seria necessário ir além da dogmática jurídica para fortalecer a dimensão teórica do projeto; nesse sentido, a aproximação com as Ciências Sociais, por meio da participação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ruth Vasconcelos – coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (NEVIAL) e importante referência acadêmica no estudo da violência em Alagoas –, foi caminho fértil para consolidar as concepções que orientariam a dimensão social inerente ao projeto. Assim, foi possível construir um olhar crítico sobre o papel do Estado nas práticas punitivas, bem como acerca da condição dos sujeitos com os quais se faria a “comunicação”, no sentido defendido por

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>11</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Paulo Freire<sup>12</sup>, ou seja, a troca entre saberes acadêmicos e a experiência peculiar dos sujeitos que passaram pelo cárcere.

Como a proposta do projeto tinha por foco as metodologias da EJA, a necessidade de um diálogo efetivo e aprofundado com a Educação era evidente desde o princípio, por se tratar dos domínios da Pedagogia, inafastável para um trato responsável com as pessoas que participariam da ação extensionista – tanto os egressos da prisão como os próprios estudantes de graduação que atuariam como professores e professoras em sala de aula. Nesse sentido, a aceitação do Centro de Educação (CEDU), por meio da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinaide Freitas – referência nos estudos de EJA em Alagoas –, trouxe o amparo pedagógico que guiou, durante os três anos de execução do projeto, a capacitação dos estudantes envolvidos – de Direito, Ciências Sociais e Pedagogia – e as metodologias utilizadas em sala de aula, tudo isso com base em literatura especializada sobre o tema.

A interdisciplinaridade esteve, então, nas bases do projeto, desde o planejamento, o processo de seleção da equipe de estudantes e a necessária capacitação, realizada com a perspectiva de que os próprios estudantes teriam muito a contribuir na construção coletiva do projeto. Quando a equipe se sentiu preparada, começou o planejamento da abordagem inicial, com as seguintes indagações: como despertar o interesse pelo estudo em homens que há anos não frequentam a sala de aula – alguns nunca estiveram numa escola – e que trabalham oito horas por dia, sob o sol quente, no corte do mato das áreas verdes da Universidade? Que elementos seriam necessários para fazê-los aceitar o convite? A resposta deveria ser imediata ou se poderia deixar que eles pensassem um pouco e dessem a resposta em outro encontro? Essa segunda opção pareceu a mais adequada.

Na busca de respostas para as indagações acima, no primeiro contato com os apenados, a equipe esforçou-se em dialogar desde a apresentação, na tentativa de quebrar o silêncio e, antes, solicitou que todos ficassem em semicírculo, o que proporcionaria horizontalidade; só então se apresentou – professoras e estudantes – e pediu para que todos se apresentassem. Em seguida, foi feita uma exposição do projeto, convidando-os a pensar na possibilidade de voltar a estudar. Era perceptível o

---

<sup>12</sup> FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

sobressalto e o desconforto por um lado – estariam eles obrigados a estudar por força do convênio? – e a curiosidade, por outro, avaliando esse novo horizonte que se abria, diante de um convite que nunca tinham recebido e de uma atenção que nunca lhes havia sido direcionada. O diálogo primou sempre pela escuta dos apenados, pelo respeito às marcas de suas histórias de vida e às circunstâncias pessoais de cada um naquele momento. Infere-se que essa atitude da equipe fez com que a maioria presente aderisse ao projeto.

Tudo isso, porém, sem questionamento ou insinuação acerca do crime praticado, e tampouco julgamento moral de seus atos do passado. Muitos estudantes nunca tinham estado frente a frente com uma pessoa que passou pelo cárcere. Para os estudantes de Direito que lidam com as normas penais, a curiosidade é peculiar. No entanto, a equipe jamais soube as razões pelas quais aqueles homens foram punidos. A passagem dos dias na execução do projeto afastou qualquer traço de curiosidade, pois os estudantes aos poucos perceberam que o que realmente importava já viera à tona: os impactos do projeto na abertura de novas perspectivas para o futuro daqueles homens.

Do início ao fim, o projeto proporcionou experiências de trocas de saberes entre os estudantes de graduação, as professoras e os estudantes de EJA egressos da prisão. Mais do que uma obrigação acadêmica, as ações cotidianas demonstraram o fortalecimento paulatino da dimensão afetiva, comumente identificada em experiências com EJA, como mostra a pesquisa de Poliana Camargo<sup>13</sup>. A afetividade revelou-se na atenção cotidiana, no aperto de mão, na escuta respeitosa e no cuidado em sala de aula, além dos momentos de descontração, como o “lanchinho pedagógico”, assim nominado pela Professora Marinaide Freitas – que consistia em pão e bolo fornecidos pela padaria do sistema prisional, com café oferecido pela equipe, todos os dias –, nas comemorações dos dias festivos, ou nas experiências acadêmicas, como as visitas à Biblioteca Central da UFAL, à Bienal do Livro e ao Congresso Acadêmico de Inovação e Tecnologia da UFAL (CAIITE), eventos que marcaram fortemente todos os envolvidos no projeto.

---

<sup>13</sup> CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos. Representações Sociais de Docentes da EJA: afetividade e formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1.567-1.589, out./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663306>.



O afeto também esteve presente nos momentos de tensão, em que o alcoolismo ou a drogadição de alguns se evidenciavam em sala de aula, quando um dos apenados-estudantes era preso – e aparecia nos programas televisivos sensacionalistas – e quando um deles foi linchado até a morte no bairro em que morava. Fatos como esses marcavam fortemente professoras e estudantes e ensejavam momentos de partilha e diálogo entre a equipe extensionista, um aprendizado cotidiano que jamais seria encontrado nas páginas de um livro dogmático ou nas letras frias da norma penal abstrata.

Em nome desse afeto, que pode e deve estar presente em todas as práticas pedagógicas, o compromisso da equipe foi reafirmado dia a dia, de modo que a dureza da dogmática penal distante dos sujeitos concretos deu lugar ao reconhecimento de que o Direito não é um fim em si mesmo e que é preciso ter bastante responsabilidade nas práticas punitivas, pois os efeitos do encarceramento não se restringem aos muros da prisão: eles permanecem na vida das pessoas, produzindo impactos sociais que, na maior parte dos casos, contrariam os discursos de ressocialização e prevenção ao crime, tão comuns nos espaços jurídicos.

### **3 O desafio das Ciências Sociais para um trabalho em extensão com foco na inclusão social**

A inserção dos estudantes de Ciências Sociais neste projeto de extensão que envolveu trabalhadores apenados em regimes semiaberto e aberto, conveniados com a UFAL, deu-se a partir da compreensão de que a problemática prisional e as vivências pós-cárcere põem em evidência realidades que dizem respeito tanto ao Direito como ao campo social, político e cultural. Assim, torna-se imprescindível o diálogo entre a Sociologia e o Direito, com destaque para as discussões que envolvem garantias de direitos e cidadania.

O maior desafio enfrentado com um trabalho dessa natureza foi saber que seriam suscitadas discussões sobre direitos fundamentais e cidadania com sujeitos que viveram ou viviam graves privações e violações desses direitos, dentro e fora do sistema prisional. Sabe-se que a população carcerária é majoritariamente constituída por sujeitos pobres e excluídos, que sofrem na pele todos os reveses da inaplicabilidade das leis e

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

das garantias constitucionais e cidadãos. Assim, a concretude de suas vidas os conduz a certo descrédito ou desesperança com as próprias leis, porquanto eles experimentam na prática o distanciamento entre o que está inscrito na lei e o que é praticado na vida real, no contexto social em que estão inseridos.

O contato dos estudantes de Ciências Sociais com essa cruel realidade certamente produz inquietações existenciais e acadêmicas, ao tempo que lhes dá a oportunidade de aprender o que jamais aprenderiam apenas nos livros. Ouvir depoimentos de experiências do cárcere, acompanhar a dor da exclusão no campo do trabalho, ouvir situações em que sujeitos são vítimas de preconceitos e estigmatizações, olhar no olho de quem chora diante de uma injustiça vivenciada, apertar a mão de pessoas que vivem na invisibilidade, certamente são vivências que produzem efeitos de engrandecimento acadêmico e existencial em cada um dos estudantes que participaram dessa experiência de extensão na UFAL, no projeto de extensão “Inclusão Social pela Educação de Jovens e Adultos”.

A preocupação enquanto educadoras-orientadoras era que os estudantes-extensionistas pudessem perceber as contradições e ambiguidades inerentes à realidade prisional e do pós-cárcere, sem perder a esperança e a crença de que é possível produzir um conhecimento comprometido com a transformação dos processos de exclusão e injustiça social vivenciados na atual conjuntura e estrutura de nossa sociedade. Nesse sentido, testemunharam-se situações em que os estudantes se mostraram sensíveis com a realidade e desenvolveram o desejo de fazer a diferença na sociedade, iniciando a experiência com os próprios apenados, que recebiam uma atenção respeitosa, além de um tratamento em que são reconhecidos como “sujeitos que têm direito a ter direitos”, dignos de todas as garantias constitucionais<sup>14</sup>.

Nesse sentido, a experiência extensionista que lida com graves problemáticas no campo social tanto são mais desafiadoras, como constituem uma ótima oportunidade para provocar aprendizados acadêmicos que engrandecem os estudantes em sua dimensão humanística e existencial. Assim, é importante ouvir dos próprios apenados envolvidos no projeto o quanto é gratificante estarem sendo vistos e escutados num

---

<sup>14</sup> TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG Editora, 1999.

mundo em que sofrem tantas exclusões e em que é mais comum serem tratados com preconceito, discriminação e estigmatização.

A experiência de extensão através de atividades no campo da educação constitui-se num processo bastante trabalhoso e exigente, porque pressupõe que os estudantes experimentem todo o processo de definição e estudo sobre a temática selecionada junto aos apenados, além da escolha da melhor estratégia para abordagem do tema selecionado a partir dessa prévia discussão. Assim, avalia-se que a preparação do material didático para as aulas e discussões com os apenados enriqueceu sobremaneira a formação dos estudantes-extensionistas, pois além de terem praticado várias etapas do processo de ensino-aprendizagem, ampliaram grandemente seus conhecimentos com a bibliografia especializada que lhes deu suporte nas aulas e atividades de discussão (filmes, matérias jornalísticas e outros) com o público-alvo.

Os maiores ganhos que uma universidade obtém com as experiências de extensão podem não caber nos registros dos Currículos Lattes, pois, na verdade, são práticas que colocam os envolvidos em contato com situações concretas que ficam armazenadas em nossas memórias e nas memórias dos estudantes que saem da zona de conforto dos estudos de gabinete e se propõem sentir os problemas e os desafios do mundo de forma mais concreta, sensitiva e existencial. Assim, essa dinâmica interdisciplinar e dialógica fez toda a diferença na formação dos estudantes que se envolveram com o processo de aprendizagem para além dos livros.

#### **4 Reflexões sobre a experiência da Pedagogia no projeto de extensão que visa à inclusão social de apenados em regime semiaberto e aberto de Alagoas**

É importante relatar, inicialmente, que desde a idealização do projeto não se tinha a concepção do ambiente de troca de saberes criado pelo projeto como uma escola, mas de um espaço de discussões abertas, advindas de temas geradores surgidos a partir de um levantamento do universo vocabular<sup>15</sup>, realizado nos primeiros contatos com os apenados-trabalhadores, que agora passavam à condição de estudantes – embora não tenha se constituído em uma pesquisa socioantropológica, como ensina o pesquisador.

---

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

O projeto foi desenvolvido na Faculdade de Direito de Alagoas, tornando-se, assim, o “espaço praticado”<sup>16</sup> das falas dos trabalhadores-apeados, sobre o que gostariam de aprender. Após o registro da recorrência dos temas de interesse, era escolhido um tema gerador, que voltava para o espaço de discussão carregado de contratemas, para o estabelecimento do diálogo, dentro de um processo dialético entre o tema – senso comum – e o contratema, caminho fundamentado na busca da criação do novo. Envolvia, então, de forma problematizadora, conteúdos da Pedagogia, do Direito e das Ciências Sociais, visando caminhar na direção do direito de ter direitos e deveres. Esses conteúdos eram trabalhados, não no sentido de imposição, e sim de uma “revolução organizada, sistematizada (...) daqueles elementos que este [os sujeitos do projeto] lhe entregou de forma desestruturada”.<sup>17</sup>

Esses conteúdos selecionados após o levantamento das vozes dos trabalhadores-apeados caminharam na perspectiva de se ter um currículo como criação cotidiana<sup>18</sup>. Nessa trajetória, partilha-se a compreensão do que Freire sempre alertou: que para a construção de um processo como esse, é necessário o enfrentamento das “situações-limites”, uma vez que é nelas que existem possibilidades de se ir além, de se construir uma educação que permita ousar, mudar, transformar-se e sair de si mesma, de seu pedagogismo, para ser inédita.<sup>19</sup>

Exemplificando, no âmbito do Direito foram trabalhados conceitos pedagógicos, por meio dos eventos de letramento, tanto na dimensão individual como na social<sup>20</sup>, conceitos acerca dos direitos do trabalhador apeado, nas peculiaridades estabelecidas pela Lei de Execução Penal, em seu artigo 28, que prescreve: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, dentre outros”<sup>21</sup>. Em suas demandas por temas, os participantes solicitaram, ainda, questões imediatas que necessitavam entender, a saber: direito de família, direitos do trabalhador, direitos dos apeados, entre outros. Isso num contexto amplo de sociedade, com o aparato dos conteúdos das Ciências Sociais.

---

<sup>16</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

<sup>17</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 32.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Inês Barbosa. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: DP & Alii, 2012.

<sup>19</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>20</sup> SOARES, Magda. **Letramento**: um tema e três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

<sup>21</sup> BRASIL, Lei de Execução Penal. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.

Nesse contexto, explorava-se a leitura e a escrita, ambas constituídas por um sistema de signos, como um *continuum* linguístico na perspectiva dos gêneros textuais. Coube às docentes da Ufal envolvidas no projeto a formação de todos os bolsistas que passaram a atuar como educadores populares, comprometidos ideologicamente com o avanço daquelas pessoas – no caso específico, os apenados –, na tentativa de desenvolverem ações concretas que colaborassem para a inclusão social, por meio da participação ativa da comunidade acadêmica: professoras e estudantes.

Essa formação dos bolsistas deu-se por meio de sessões de estudo, planejamento e avaliação do realizado nos espaços de discussões. Essas sessões aconteceram semanalmente, alternadas com os estudos, planejamentos e avaliações. Havia da nossa parte o desejo de atuar no contexto de pesquisa-formação<sup>22</sup> – entendida como: “[...] possibilidade de reinventar, ressignificar, ampliar, brincar práticas pedagógicas situadas em um novo *espaço-tempo* e em outras maneiras de *aprender-ensinar* [...]”, embora se estivesse muito distante desse processo.

Os sujeitos participantes (trabalhadores-apanados) tinham histórias de escolarização de repetidas saídas e entradas nas escolas públicas municipais ou estadual, e havia aqueles que nunca adentraram em uma escola, apesar de viverem num mundo competitivo, seja na prisão ou fora dela. Eram sujeitos das classes populares e ativos, que lidam cotidianamente valendo-se das “táticas”<sup>23</sup>, pois, “[...] com a cultura que lhes é apresentada, muitas vezes como imposição, e de forma astuciosa, ressignificam os artefatos culturais doados/impostos em sua própria cultura, escapando da condição de autômatos”<sup>24</sup>

Na pesquisa realizada em 2014 por Nascimento e Freitas (2017), caracterizada por um estudo exploratório mesclado com análise das fichas de registro no Projeto e sessões de conversas com o grupo de trabalhadores-apanados, ficara demonstrado que 66% tinham o ensino fundamental incompleto. Isto é, não haviam concluído os quatro primeiros anos e, no entanto, portavam-se na escrita como analfabetos funcionais – liam palavras soltas e grafavam o nome –, uma vez que apresentavam dificuldades na escrita,

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, Mayra R. F.; BARBOSA, Joaquim; SANTOS, Edméa. Diário de pesquisa e aprendizagem multirreferencial na cibercultura. In: SANTOS, Edméa (org.). **Diário online**: dispositivo multirreferencial de pesquisa-formação na cibercultura. Portugal: WhiTeBooks, 2014.

<sup>23</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

<sup>24</sup> SILVA, Jailson Costa. **A memória dos esquecidos**: narrativas dos sujeitos participantes das ações do Mobral Cultural no sertão de Alagoas. Tese PPGE, Centro de Educação, UFAL, 2018.

no uso de letras e números e na leitura, na compreensão e interpretação de textos. Enquanto sujeitos orais, expressavam-se utilizando as variações linguísticas da comunidade onde viveram e a que pertenciam, o que para Bagno (2006) não se constitui em “erro”. Implica dizer que o falar “errado” faz parte do dialeto que determina quem se é socialmente, ou seja, qual o nível social (classe social) a que se pertence e a formação que se tem. A pesquisa verificou que esses sujeitos, diante dessa realidade, eram pessoas pouco alfabetizadas.

Entre os 26 alunos pesquisados, o estudo exploratório mostrou que 16% eram analfabetos sem passagem na escola, que afirmavam utilizar símbolos e cores para se orientar nas rotinas da vida, ou seja, usavam as táticas<sup>25</sup>, não negando que viviam num mundo limitado pelo não acesso da leitura e da escrita. Para Certeau, “[...] as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta [...]”<sup>26</sup>. Segundo o autor, essas *táticas* são como “armas” que encontram via de ressignificação das imposições que sofrem, buscando por meio das trajetórias novos sentidos que os mantenham ativos enquanto sujeitos.

Essas dificuldades dos dois grupos foram sendo minimizadas no dia a dia, no espaço dos encontros e nas discussões vivenciadas. Espaço esse que, além da convivência, passou a ser, também, um local de letramento, a provocar a curiosidade dos trabalhadores apenados para os escritos ali presentes. Nesse sentido, ao chegarem, tentavam interagir com o mundo da escrita e sempre buscavam identificar o que estava escrito nas paredes e na lousa; e contavam com a ajuda de outro colega, sobretudo daqueles com mais domínio da leitura – a exemplo de um dos participantes que já possuía o ensino médio completo –, ou de outros que o estavam cursando.

Os que cursavam o ensino médio ainda apresentavam dificuldades comuns a pessoas que, frequentemente, não usam a leitura e a escrita de forma permanente e sistemática. Como exemplo, identifica-se a seguinte situação que levou ao campo da Linguística: havia confusão nos usos de “D” e “T”, a troca do “M” pelo “N”, o “C” pelo “S” ou pelo “Ç”, e na escrita, o “L” pelo “R”. Apenas três afirmaram que liam “a Bíblia, seguindo-se de jornais, revistas das esposas e livros didáticos pertencentes aos

---

<sup>25</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p 96.

filhos”. Também “declararam-se leitores de *outdoors* e placas das ruas, por onde circulam, demonstrando que fazem uso da prática da leitura pela inserção em um mundo grafocêntrico”<sup>27</sup>.

Os participantes do estudo, em algum momento da vida, com exceção daqueles que nunca foram à escola, revelaram durante a pesquisa que deixaram de estudar por conta do cansaço do trabalho, na maioria braçal, que faziam durante o dia e/ou pelo envolvimento com drogas, além das más companhias durante a adolescência<sup>28</sup>.

Nas suas narrativas, os trabalhadores apenados e envolvidos no estudo apontaram dois desejos que consideraram importantes: o primeiro, o retorno à escola; o segundo, adquirirem uma profissionalização, principalmente nas áreas de mecânica de automóveis, eletricista, padeiro, informática, no que são impedidos porque não possuem a escolarização que os cursos exigem.

O estudo exploratório realizado por<sup>29</sup> indicou que os trabalhadores-apenados do Projeto em questão demonstraram que, por um direito negado, são sujeitos que não dominam a escrita e não possuem o hábito da leitura. Buscam o apoio da leitura da Bíblia para obterem alguma compreensão de mundo, sobretudo os que se declaram evangélicos.

Ficou explícito que existe certo arrependimento, demonstrando sentimento de culpa, por não terem frequentado a escola na chamada idade “correta”. Assim, sentiam falta dos estudos em seu dia a dia, principalmente no que diz respeito à conquista de um melhor emprego e de melhores condições salariais.

Para as estudantes de Pedagogia, que cursaram as disciplinas EJA I e II e participaram do projeto de extensão, a experiência foi ímpar, já que permitiu, por meio de um processo de teoria-prática, interagir com os sujeitos da EJA – os apenados –, conhecidos apenas nos textos trabalhados em sala de aula. Assim, afastaram o estigma e o medo dessas pessoas, que levam o rótulo de não respeitar o outro, partindo sempre para violência. Dessa forma, essas futuras professoras passaram a ver as pessoas que

---

<sup>27</sup> NASCIMENTO, Marta Vanessa Lima, FREITAS, Marinaide. Perfil e percurso de escolarização do apenado-trabalhador: alfabetização e noções de direito e cidadania no projeto de inclusão social na EJA. In: **Revista EJA em Debate**, n. 10. IFSC, 2017.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

cuidavam da jardinagem da Ufal, até então invisíveis. Como ensina Paulo Freire, “se a educação sozinha não transforma, sem ela tampouco a sociedade muda”<sup>30</sup>.

## **5 (In)Conclusão**

As narrativas aqui apresentadas buscaram demonstrar que o projeto de extensão “Inclusão social pela educação de jovens e adultos” teve por objetivo promover a inclusão social por meio da alfabetização e troca de saberes sobre direitos e cidadania para os apenados que trabalhavam no *Campus* A. C. Simões e optou por uma concepção de alfabetização que ultrapassa o domínio da leitura e da escrita, admitindo um processo de alfabetização contínuo nos mais diversos campos do saber. Por isso, o projeto abordou temas do Direito e das Ciências Sociais, mediados pela Educação – especificamente pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade destinada a pessoas que, por motivos históricos, econômicos e sociais, não continuaram seus estudos até o término da escolaridade, considerada direito fundamental – da alfabetização ao Ensino Médio –, ou não tiveram sequer acesso à escola.

Como prática extensionista, a experiência de três anos de projeto reafirma o quanto é fundamental para o processo de educação universitária, que se sustenta na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, valorizar um estudo teórico que se sustenta em vivências que estão para além dos muros da universidade, criando oportunidades para o contato direto com a sociedade e os problemas sociais em estudo.

É dramático o momento atual, em que se observa uma tendência, tanto por parte da estrutura de segurança do Estado como da sociedade em geral, a um apelo pelo recrudescimento das práticas punitivas, o que justifica o encarceramento em massa, sem preocupação alguma com os efeitos de uma experiência prisional que prioriza o castigo em detrimento da educação e das oportunidades de ressocialização. Na verdade, a sociedade não se ocupa com a problemática do cárcere, que atinge não apenas os que estão encarcerados, mas toda a sua rede de relações sociais e familiares. O sistema prisional descumpra explicitamente as determinações de normas humanitárias

---

<sup>30</sup> **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



internacionais, da Constituição Federal e da Lei de Execuções Penais, ampliando o sofrimento daqueles que são condenados à pena privativa de liberdade. Assim, a atuação nesse projeto de extensão cumpre também a função de colaborar para o retorno dessas pessoas à sociedade por meio da educação, que, como se sabe, está bem longe de ser um foco de atuação sistêmica no Estado na dinâmica dos cárceres.

Ao atuar nesse campo, trazendo à baila a temática do cárcere e do sistema penal como um todo, tem-se a intenção de fortalecer a formação interdisciplinar dos estudantes envolvidos no projeto e trazer para o ambiente universitário a responsabilidade de se pensar, na qualidade de comunidade acadêmica, os problemas estruturais que se avizinham e que exigem uma implicação de nossa parte não só como pesquisadores e acadêmicos, mas também como cidadãos que sabem o quanto é importante instituir a compreensão de que todos – independentemente de sua condição de classe, de raça/etnia, de religião, de posição política e ideológica, ou se está em liberdade ou preso – merecem um tratamento digno e guardam consigo a condição de sujeitos de direitos. Essa é uma discussão que precisa fazer parte do processo de ensino numa perspectiva dos direitos humanos, e que certamente se constitui na base que tem mobilizado as ações de pesquisa e extensão das professoras envolvidas neste projeto.

Há muito que se caminhar e que se fazer no campo da extensão e, particularmente, na extensão que se faz em diálogo com a problemática das prisões e da reintegração social. Com este projeto foi lançada uma semente que pode frutificar. Espera-se instigar cada vez mais o interesse dos estudantes dos cursos de Direito, Ciências Sociais e Pedagogia para a importância de se perceber que o sentido maior da vida acadêmica e universitária está para além dos limites geográficos das universidades. Que não há sentido num processo educacional que se faça sem a devida interlocução com a sociedade, reforçando os valores e princípios humanitários que contribuem para o fortalecimento dos laços sociais numa perspectiva democrática.

## **Referências**

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. Prefácio – Continuando a conversa. In:  
FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

- de Oliveira. **Aprendizagens cotidianas com pesquisa** – novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP *et alii*, 2008.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da escrita. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras Escolhidas, v. 1).
- BRASIL, Lei de Execução Penal. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.
- CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos. Representações Sociais de Docentes da EJA: afetividade e formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1.567-1.589, out./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663306>.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- NASCIMENTO, Marta Vanessa Lima, FREITAS, Marinaide. Perfil e percurso de escolarização do apenado-trabalhador: alfabetização e noções de direito e cidadania no projeto de inclusão social na EJA. In: **Revista EJA em Debate**, n. 10. IFSC, 2017.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: DP & Alii, 2012.
- PIMENTEL, Elaine. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: Edufal, 2015.
- \_\_\_\_\_. Reintegração social: a dialética entre a estrutura prisional e os sujeitos. In VASCONCELOS, Ruh (org.). **Violência, violação dos direitos humanos e seus efeitos na construção de uma sociedade democrática**. Maceió, Edufal: 2015.
- RIBEIRO, Mayra R. F.; BARBOSA, Joaquim; SANTOS, Edméa. Diário de pesquisa e aprendizagem multirreferencial na cibercultura. In: SANTOS, Edméa (org.). **Diário online**: dispositivo multirreferencial de pesquisa-formação na cibercultura. Portugal: WhiTeBooks, 2014.
- Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

SILVA, Jailson Costa. **A memória dos esquecidos**: narrativas dos sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural no sertão de Alagoas. Tese PPGE, Centro de Educação, UFAL, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema e três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TELLES, Vera. **Direitos sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: UFMG Editora, 1999.

Apresentado em julho de 2018.

Aprovado para publicação em agosto de 2018.

